



# SINTSEP-GO

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado de Goiás

Rua Dr. Olinto Manso P... 94), nº 910 - St. Sul - 74080-100 - Goiânia - GO - Telefax: 62.213-2000 - 0800 642 2010 - www.sintsepgo.com.br - contato@sintsepgo.com.br

Filiado à **CUT**  
e **CONDSEF**

IMPRESSO ESPECIAL  
CONTRATO 180/02  
ECT/DR/GT X SINTSEP - GO

## O preço do Brasil

Estamos acostumados a avaliar a situação das coisas através dos números. O Brasil tornou-se mais Brasil com o pagamento adiantado de 15 bilhões de dólares ao FMI, disse um político. Noutra fala, em horário nobre da TV, ouvimos uma exposição otimista da situação em nosso país; superávits, arrecadação e exportação recordes, tantos e tantos números positivos recitados numa tabuada mágica de multiplicação virtuosa.

Certo que confiamos nas fontes e não questionamos esses resultados. Sabemos ainda da boa vontade e correção política dos que trabalham por esses avanços. Muito dessa somatória é resultado de nossa luta como classe trabalhadora através de longos e penados anos.

Espera aí companheirada, e o que salta aos olhos, a miséria, a dengue, as aposentadorias que, na contramão dos números positivos, só mingua e o salário mínimo?! Sim, um dos menores salários mínimos do mundo, que por conta de uma previdência cronicamente quebrada, por culpa de outros e não dos contribuintes, teima em não ter aumento significativo.

Esses não são males de ontem. São heranças malditas tão velhas quanto a Colônia. Entende-se perfeitamente que só muita vontade política e anos de trabalho árduo poderão mudar esse estado de coisas.

Fala-se no custo Brasil. Dá-se um preço ao País. O risco Brasil é medido diariamente.

Há que se entender com a máxima urgência que o verdadeiro Brasil só conhece um custo e só tem um preço e um risco. O custo Brasil está no latifúndio improdutivo ou monoprodutor para exportação, está no serviço público que não satisfaz por estar sucateado e o servidor desvalorizado, está no povo indígena que morre de fome na sua terra ancestral, na escola de má qualidade e na saúde precária. O risco Brasil é a perda da esperança.

O preço que nos damos é impagável em dólar, o nosso orgulho e dignidade valem mais que o FMI inteiro.

O verdadeiro preço do Brasil é nossa luta e trabalho com o qual o compramos melhor para nossos filhos e filhas.

Ano de eleição, prova dos nove. Aí é que vamos conferir de perto se o caminho que nos trouxe até aqui é esse mesmo ou se temos que corrigir a matemática das estatísticas, a favor da vida. A soma de nossos votos conscientes decerto conferirá os valores que de fato importam!

## VII Congresso do Sintsep-GO

### VII CONSINTSEP-GO - Unidos na mesma força.

Aconteceu o VII Congresso do Sintsep-GO nos dias 7, 8, 9 e 10 de novembro de 2005, na cidade de Caldas Novas, Goiás, no Águas Calientes, Hotel Paineiras. Participaram desse evento 192 pessoas, sendo 185 delas delegados e delegadas da base.

O temário do VII CONSINTSEP-GO foi:

- Análise de conjuntura Nacional e Internacional;
- Balanço dos dezesseis anos do SINTSEP-GO e da luta dos trabalhadores(as) no Serviço Público Federal;
- Os reflexos das reformas do Governo;
- Plano de ação de lutas;
- Pauta de reivindicações;
- Plano de cargos e carreiras;
- Prestação de contas dos meses de junho a setembro de 2005.

O Sintsep-GO está preparando um caderno sobre o seu VII Congresso que logo estará à sua disposição.



Abertura do Congresso  
Josemilton (Sec. Geral Condsef), Alexandre Reis Coutinho (Pres. do Sintsep-GO), Gil - Ailton Gilberto (Pres. da CUT/GO)



**Ano da Copa do Mundo!  
Vamos lá Brasil!  
Sejamos campeões na bola,  
na justiça social e na democracia!**

**Avanços da negociação com o Governo. Pág. 3**

**Reforma agrária - instrumento de produção de alimentos, geração de empregos e de renda. Pág. 4**

**Calendário preparatório para o Nono Concut. Pág. 4**

**Até que o Governo prove o contrário, servidores permanecem em dúvida quanto a reajuste anunciado. Pág. 5**

**CONDSEF marca dia do aposentado reafirmando luta em defesa ao direito à paridade. Pág. 6**

Companheirada, aqui está mais um jornal de nosso Sindicato, trazendo uma leitura crítica e construtiva dos assuntos do momento. O ano de 2006 promete muita emoção, Copa do Mundo, eleições etc. A maior emoção, contudo, virá de nossa participação na luta que faz melhor as nossas vidas e constrói o Brasil que queremos e sabemos possível!

Nessa edição do jornal tratamos do real valor do Brasil, o seu "preço", custo e risco. Apresentamos o desenvolvimento das negociações das Mesas e os seus encaminhamentos. Falamos de assuntos cruciais como o aumento do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda, resultado da luta das Centrais. A reforma agrária recebe uma análise bastante didática e informativa num artigo de nosso companheiro Raulino, servidor do Incra. Celebramos (com atraso) o dia dos Aposentados e da Previdência Social além, é claro, de reclamarmos do descaso do Governo para com esses nossos companheiros tão sofridos. O companheiro Nery nos honra com um de seus poemas engajados e, mais um punhado de assuntos de seu interesse é tocado.

Com esse jornal você recebe também o calendário do Sintsep-GO para o ano de 2006.

Leia essa riqueza de informações e partilhe o seu conteúdo animando as discussões que dinamizam a nossa luta!

Que o ano de 2006 nos traga grandes vitórias e alegrias!



Presidente do Sintsep-GO

NOTAS

**Campanha Salarial 2005 e indicativo de greve**

A Plenária da Condsef aprovou a Campanha Salarial 2006 com o seguinte eixo:

- Reestruturação das tabelas salariais; elaboração de diretrizes de Plano de Carreira e, paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Ainda, com destaque, indicativo de greve para a segunda quinzena de março devido ao não cumprimento do acordo de greve de 2005 por parte do Governo.

**Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Condsef**

Aconteceu na sede da CNTI em Luziânia, GO nos dias 12 e 13 de dezembro de 2005 o Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Condsef. Dezenove sindicatos filiados foram representados por 104 delegados e 5 observadores.

O Sintsep-GO foi representado por:

- Antônio Dias Maciel (FUNASA)
- Dalfran Pacheco Pires (INCRA)
- Maria Creuza Vasconcelos (Min. Transportes)

EXPEDIENTE

**Editado sob responsabilidade da Diretoria Executiva:** Diretoria Executiva **Presidente:** Alexandre Reis Coutinho - (MAPA/DFA-GO); **Vice Presidente:** Edmar Normandes dos Santos "Maradona" (FUNASA - Ceres); **Secretária-Geral:** Dulce Costa Oliveira - (CEFET - Goiânia); **Secretária de Finanças:** Osmar Costa de Queiroz - (FUNASA - Goiânia); **Secretária de Organização:** Rosana Alexandre da Silva Andrade - Base Aérea de Anápolis - (BAAN - Anápolis); **Secretária de Imprensa, Comunicação e Promoção:** Maria Cleuza Carneiro - (INCRA/GO); **Secretária de Assuntos Jurídicos:** Adauto de Sousa Almeida - (MAPA/DFA-GO); **Secretária de Formação Sindical e Sindicalização:** Gildo Ferreira de Souza - (FUNASA - Jussara); **Secretária de Estudos Sócio-Econômicos:** Nalva Rodrigues de Lima - (IBAMA/GO); **Secretária dos Aposentados e Pensionistas:** João Gonzaga da Igreja Filho Sexto - (INCRA/GO); **Secretária de Apoio ao Pessoal do Interior:** Antônio Gilvan da Silva - (FUNASA - São Luiz dos Montes Belos); **Secretária de Articulação e Movimentos Populares e Estudantis:** João Bernardino Gonçalves Neto - (FUNASA - Aparecida de Goiânia); **Suplentes da Diretoria Executiva:** Aline Velloso dos Santos (MTr/ANTT); Valdecy Alves da Silva - (FUNASA Jataí); Ivan Rocha da Silva - (EAF CERES - Ceres); Raimundo Sena dos Santos - (FUNASA - Ceres); Francisco de Assis Xavier Segundo - (CONAB/GO); José Agamenon Borges da Fonseca - (IBAMA/GO); **Agemor Amaro Filho** - (MME/DNPM); André dos Santos Bernardino Neto - (FUNASA Porangatu); Idalicia Rocha Vicência - (FUNASA - Caldas Novas); João Supriano dos Santos - (FUNASA Trindade). **Conselho Fiscal:** Divino Aparecido de Souza - (INMETRO/GO); José Siqueira da Silva - (FUNASA - Formosa); Luiz Afonso dos Santos (MJ/PRF). **Suplentes Conselho Fiscal:** Walter do Nascimento Filho Fundação Nacional de Saúde em Goiás (FUNASA - Piracanjuba); Paulo Cezar Pereira - Gerencia Regional de Patrimônio da União - (MPOG/GRPU); Geraldo Pereira de Souza - Centro Federal de Educação Tecnológico de Rio Verde - (CEFET Rio Verde). **Diretor Responsável:** Alexandre Reis Coutinho **Redação:** Onaldo Alves Pereira, Alexandre Reis Coutinho e Dulce Costa Oliveira **Jornalista Responsável:** Orlando Oliveira Carvalho (GO01080JP) **Fotos:** Elizabeth Scalon **Diagramação e arte:** Diferencial (62) 3211-1895; **Tragem:** 5.500 exemplares; **Fotolito e Impressão:** Scala - gráfica e editora (62) 3271-1822. **Sede própria do Sintsep-GO:** Rua Dr. Olinto Manso Pereira (antiga 94), nº 910 - St. Sul - 74080-100 - Goiânia - GO **Telefax:** 62.3213-2000 - 0800 642 2010 - www.sintsepg.com.br - sintsepg@terra.com.br

**CONDSEF marca dia do aposentado reafirmando luta em defesa ao direito à paridade**

Convencionada no calendário nacional como dia do aposentado, a data de 24 de janeiro, no entanto, não foi comemorada pelos milhares de aposentados do Executivo, filiados e representados pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). Vítimas de inúmeros e diferentes ataques dos últimos governos, esses servidores amargam hoje uma situação que exige investimentos urgentes. Assegurado em lei e confirmado na Emenda Constitucional (EC) 47, o direito à paridade vem sendo desrespeitado constantemente. No dia em que foi anunciado o aumento do salário mínimo para R\$350, os aposentados da CONDSEF levantam sua voz para exigir o cumprimento da lei, além do respeito que merecem pelos anos trabalhados e pela missão já cumprida no serviço público.

Nosso respeito àqueles que trabalharam e cumpriram com seu papel junto à sociedade.

**CONDSEF quer assegurar reestruturação no MTE com debate amplo e sem prejuízo para categoria**

Na sexta-feira, 20, de Janeiro, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) participou, em conjunto com outras entidades, de reunião da Mesa Setorial do Trabalho. No encontro, que contou com a presença de secretário-adjunto do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e de representante do Ministério do Planejamento (MPOG), foram discutidos os principais temas que preocupam hoje a categoria. Na pauta, a reestruturação do ministério, os debates que envolvem a construção de uma carreira para os servidores, além da renovação de contrato do plano de saúde da Geap. Foi assegurado que, durante a reestruturação do MTE, não haverá prejuízo para nenhum servidor, nem tampouco processos de extinção de cargos nas mais de 480 agências do Trabalho espalhadas pelo país.

Durante a reunião, foram levantados problemas como a falta de equipamentos adequados e condições de trabalho. Dentro do projeto de reestruturação, o Governo informou que estão previstos investimentos na compra de equipamentos, cursos de qualificação para os servidores, além de concursos públicos para suprir a mão-de-obra terceirizada.

A CONDSEF questionou sobre o andamento das discussões para construção de um plano de carreira para os servidores do Trabalho. A representante do MPOG na reunião comunicou que um Grupo de Trabalho (GT) foi criado para discutir a carreira da

Seguridade Social. O projeto foi dividido em três fases: diagnóstico, análise e definição da carreira. Em fevereiro terá início a segunda etapa. Um seminário deve ser promovido durante esta fase para enriquecer o debate. A previsão é que a proposta final do plano seja apresentada em meados de junho.

A Confederação solicitou ainda que os servidores do Ministério do Trabalho participem diretamente das discussões sobre a carreira da Seguridade Social que vêm acontecendo no Grupo de Trabalho do Seguro e Seguridade Social. Uma resposta a esta solicitação será dada no próximo dia 7, em novo encontro com o Governo.

**Ano eleitoral O poder em nossas mãos**

Eleição é exercício de poder. No voto construímos a estrutura que nos organiza como povo. Ele é a expressão máxima da democracia.

Por isso mesmo, um ano eleitoral é uma oportunidade única para avaliação, questionamento e avanço.

O Brasil em 2006 está todo antenado, alerta para definir rumos e redefinir lideranças.

A política é coisa boa, por isso mesmo os maus políticos falam mal dela, querem adequá-la ao seu nível. Políticos somos todos nós, não apenas uma classe. Cada um de nós pode votar e receber o voto. Além do voto, nossas atitudes e posicionamentos, inclusive a suposta "neutralidade", são altamente políticos.

Ano eleitoral usa ser meio confuso. Ouvimos discursos velhos e argumentos gastos de tão usados. Dedos são apontados para todos os lados. Poucos têm a grandeza de fazer uma autocrítica.

Já estamos ouvindo gente culpando o Governo atual por problemas centenários. O próprio Governo querendo se justificar com o fato de que "sempre foi assim".

Precisamos ter sabedoria e discernimento. Retroceder ou entregar tudo nas mãos de quem teve eras para fazer e não fez não é o caminho. Podemos sempre melhorar.

Vamos continuar construindo coletivamente o sonho do Brasil parte do outro Mundo Possível.

Escolher bem os candidatos é o primeiro passo. Exigir compromisso e clareza de propósito dos mesmos é essencial. Fazer uma campanha educativa e não apenas um show caro e vazio é outra necessidade.

Vamos, desde agora, entrar no clima de eleição, aproveitando cada passo para avançarmos nossa luta.



# Avanços da negociação com o Governo

## Ministério da Saúde - Servidores e Governo entram em acordo que deve por fim ao problema dos cedidos

Uma reunião realizada dia 18/01/06 entre entidades representativas dos servidores da Seguridade Social e Governo pode ter dado fim a um problema histórico que vinha se arrastando na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Cerca de 26 mil trabalhadores do Órgão, que estavam administrativamente vulneráveis, pois possuíam suas atribuições lotadas no Ministério da Saúde, foram agora reconhecidos legalmente com as alterações promovidas na Portaria 1172, de junho de 2004, já aprovadas pelo Governo em acordo com as entidades sindicais. O governo definiu o dia 6 de fevereiro como data limite para o anúncio do texto final.

## Lotação dos servidores cedidos da FUNASA

Ocorreu uma reunião preliminar, no dia 13/01/05, no MS, onde os representantes do Governo apresentaram uma proposta inicial de alteração dos artigos 28 e 30 da Portaria 1172, que foram submetidos à análise jurídica e da direção das entidades representativas dos servidores da FUNASA.

Houve acordo das alterações dos referidos artigos e parágrafos 1º e 2º da Portaria 1172, ela apresentou a proposta de inclusão no artigo 26 da referida portaria o termo FUNASA, cuja íntegra passará a ser a seguinte:

### Proposta de Inclusão na Portaria/GM no 1.172 de 15 de junho de 2004

**Art. 26.** As SES e as SMS deverão informar à SVS e a FUNASA a evolução da força de trabalho cedida pelo Ministério da Saúde, considerando, dentre outros, os seguintes aspectos:

#### Portaria/GM no 1.172, de 15 de junho de 2004

**Art. 28.** A SVS e a FUNASA, em conjunto com a SES, realizarão a capacitação de todos os agentes de endemias, visando adequá-los às suas novas atribuições, incluindo conteúdos de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde e execução de prevenção e controle de doenças com importância nacional e regional.

**Art. 30.** As atividades de vigilância em saúde de que trata esta portaria deverão ser executadas pelos servidores do quadro de pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, colocados à disposição dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei no 8.270, de 17 de dezembro de 1991, assegurando os direitos e vantagens do cargo efetivo.

§ 1º - A FUNASA estabelecerá, com participação da Secretaria de Vigilância em Saúde, critérios e limites para o pagamento da indenização de campo dos seus agentes de controle de endemias, cujo pagamento será realizado pela FUNASA, mediante o envio, pela SES da relação dos servidores que fazem jus à indenização.

§ 2º - Caso o limite fixado seja superior à despesa efetivada, o valor excedente será acrescido ao TFVS dos municípios certificados ou do estado, dependendo da vinculação funcional, a título de parcela variável, para utilização nos termos pactuados na CIB.

## Saúde do Trabalhador (Exames Periódicos)

Segundo a chefe do CGRH, Dra. Elzira, e também conforme afirmação do chefe interino do RH FUNASA, Sr. Emival, não existe previsão orçamentária para a realização dos Exames Periódicos dos servidores da FUNASA, no exercício de 2006. Isto porque, segundo o Governo, os artigos 07 e 39 da Constituição Federal não permitem alocação de recursos para a realização de exames periódicos em servidores estatutários. No entanto, na audiência com o Ministro da Saúde, Dr. Saraiva Felipe, o mesmo determinou ao seu Secretário Executivo, Dr. José Agenor Álvares da Silva e ao Chefe do DA (Administração), da

FUNASA, Dr. Wagner, que se encarregassem de alocar recursos para posteriormente providenciarem um convênio com a CAPSAÚDE para a realização dos referidos exames;

## Começa em fevereiro a segunda etapa do trabalho que irá definir o Plano de Carreira da Seguridade Social

A CONDSEF participou, dia 17/01/2006, da reunião do Grupo de Trabalho que discute a elaboração de um Plano de Carreira para o setor da Seguridade Social, (Ministérios: do Trabalho, da Previdência Social e da Saúde/FUNASA). Entidades representativas e Governo definirão etapas da entrega dos primeiros resultados necessários para o avanço das discussões sobre o plano. O dia 7 de fevereiro será a segunda etapa dos trabalhos que levarão à construção definitiva do plano. Um seminário deve ser promovido para enriquecer o debate.

Segundo informes dos representantes do Governo, o Grupo de Trabalho que está encarregado de apresentar uma proposta, decidiu dividi-la em três etapas:

- Diagnóstico, com a compilação de todos os dados estatísticos;
- Análise de dados, do perfil e papel do servidor e as discrepâncias existentes;
- Elaboração da proposta, que deverá estar concluída em junho deste ano.

## Falta de investimento público é uma das principais causas do avanço da dengue no Brasil, diz a CONDSEF

Dados do Ministério da Saúde, divulgados pela Folha de São Paulo do dia 17 de janeiro, revelaram um crescimento preocupante dos casos seguidos de morte provocados pela dengue no Brasil. Os números mostram que desde 1986, com exceção de 2002, ano em que houve uma epidemia da doença, o Brasil não registrava tantos óbitos causados pela picada do mosquito aedes aegypti. Diante do quadro alarmante a CONDSEF aponta a falta de políticas públicas como um dos principais fatores para que o Governo amargue hoje essas estatísticas negativas. Para a Confederação, uma das saídas para que os números da dengue deixem de preocupar é o investimento urgente em saúde e em outros setores públicos.

## Comissão dos Empregados e a Direção Nacional da CONAB, assinam Acordo Coletivo de Trabalho - 2005/2006

A Comissão de Representação dos Empregados da CONAB, coordenada pela CONDSEF e a Direção da CONAB, assinaram no dia 06.01.2006, a Pauta do Acordo Coletivo de Trabalho - 2005/2006, que foi negociada entre as comissões de negociação e aprovada na Assembléia Geral Nacional, realizada nos dias 05 e 30.12.2005, em todo o País. As principais conquistas dos empregados foram: Cláusulas Econômicas: Reajuste de 6,5% (seis, vírgula cinco por cento); Abono salarial de R\$ 200,00 (duzentos reais), Cláusulas Sociais: Ticket Alimentação de R\$ 13,00 para R\$ 15,00; redução da tabela Odontológica em 10%; Auxílio Escola de R\$ 163,00 para R\$ 173,60; Auxílio Creche de R\$ 230,00 para R\$ 244,95; Auxílio aos Portadores de Necessidades Especiais de R\$ 500,00 para R\$ 530,00, incluindo os portadores de Diabetes tipo I. Antecipação de 50% do 13º salário, nos casos de internação hospitalar por enfermidade grave dos empregados ou dependentes; Implantação no novo Plano de Carreiras e Convênios com instituição de ensino para os cursos de graduação. Além dessas conquistas foi discutida e aprovada a concessão de 08 (oito) níveis salariais, o 14º salário para os empregados que tinham esse benefício, parcelamento das férias em até 07 (sete) parcelas e a licença prêmio, para os



empregados anistiados pela Lei no 8.878/94, que foram readmitidos administrativamente. Na avaliação dos empregados, houve neste ano, um avanço muito significativo em conquista para os mesmos.

Necessidades Especiais de R\$ 500,00 para R\$ 530,00, incluindo os portadores de Diabetes tipo I. Antecipação de 50% do 13º salário, nos casos de internação hospitalar por enfermidade grave dos empregados ou dependentes; Implantação no novo Plano de Carreiras e Convênios com instituição de ensino para os cursos de graduação. Além dessas conquistas foi discutida e aprovada a concessão de 08 (oito) níveis salariais, o 14º salário para os empregados que tinham esse benefício, parcelamento das férias em até 07 (sete) parcelas e a licença prêmio, para os empregados anistiados pela Lei no 8.878/94, que foram readmitidos administrativamente. Na avaliação dos empregados, houve neste ano, um avanço muito significativo em conquista para os mesmos.

## FUNASA - Gratificação de Atividade de Campo e Saneamento

Na reunião da Mesa Setorial de Saúde realizada dia 11/01/2006 (Brasília), o assessor jurídico da CGERH/MS, informou que está estudando uma alternativa que deverá ser apresentada no Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão ainda na primeira quinzena de fevereiro. Em seguida ela deverá ser apreciada na próxima reunião da Mesa Setorial de Negociação permanente do Ministério da Saúde que deverá acontecer no mês de março/2006.

Na reunião com o Ministro da Saúde dia 12/01/2006, ele reafirmou a sua disposição de cumprir o acordo da GREVE de 2005, com referência a criação da gratificação de campo.

## Outra novidade - Indenização de Campo

Até o final de janeiro deverá sair um Decreto englobando Servidores da área indígena e outros Servidores da área urbana.

## O não corte de indenização - FUNASA

O acordo da Greve de 2005 garante que o corte da indenização não será efetivado, sobre o assunto, leia o memo 025 no quadro abaixo:

 Ministério da Saúde Fundação Nacional de Saúde  Departamento de Administração Coordenação Geral de Recursos Humanos
Memorando nº 025 / CGERH/DEADM/FUNASA  Em 13 de janeiro de 2006.
Ao Chefe da DIREH/GO Assunto: Indenização de Campo
Para fins de cumprimento do disposto no Memorando-Circular nº 55, desta CGERH, de 12 de agosto de 2005, esclarecemos que também deverá ser considerado como remuneração, a indenização de campo percebida pelos servidores dessa regional. Caso tenha sido descontada a referida indenização, devido a paralisação, essa deverá ser devolvida.
Atenciosamente,   EMIVAL FERREIRA DA SILVA Coordenador de Administração de RH/substituto

# Reforma Agrária

## Instrumento de produção de alimentos, geração de empregos e de renda

Segundo a FAO, "a Reforma Agrária não é uma finalidade em si mesma (...) é um meio para o fortalecimento da agricultura familiar (...) colocando-a no centro das políticas agrárias e de desenvolvimento sustentável".

O latifúndio tem a dimensão do Brasil, e esse fruto do passado colonial e escravagista relaciona-se diretamente com outros problemas estruturais, como a fome; a miséria. A expulsão de grandes contingentes de pessoas, resultou na excessiva concentração da população nas médias e grandes cidades; a degradação ambiental; o aumento da marginalização, da violência e do desemprego. A geração de empregos e a distribuição de renda são soluções para esses problemas estruturais. Transformando o latifúndio em unidades agrícolas familiares haverá criação de oportunidades de empregos em escala macro e a custos baixos, produção de alimentos, geração e distribuição de renda.

No Brasil, a existência de um pequeno número de propriedades rurais ocupando áreas imensas, mantidas como reserva de valor e fonte de especulação, contribuem insignificativamente para a construção de empregos, para a produção de alimentos e para a formação de renda da população. Essa concentração de terras é o resultado dos favores e das benesses presenteadas aos latifundiários pelos governantes, através das políticas públicas, tais como os créditos rurais subsidiados, que geralmente são refinanciados e ao passar dos anos tornam-se dívidas irrisórias ou perdoadas (tais ações representam a postura do Estado nesses 5 séculos de latifúndio).

No Brasil existem condições objetivas e demanda social para a realização da Reforma Agrária (bandeira histórica de luta e resistência dos trabalhadores brasileiros). São cerca de 4 milhões de famílias rurais vivendo em situação miserável. Para assentá-las em projetos de Reforma Agrária são necessários em torno de 160 milhões de hectares, área inferior às terras aproveitáveis e não exploradas pelo latifúndio. Ao corrigir a vergonhosa estrutura fundiária brasileira e assentando essas 4 milhões de famílias haverá a criação de 12 milhões de empregos diretos e outros milhões indiretos.

Os projetos de assentamento são unidades familiares sociais e produtivas, não só a nível interno, mas também como ferramentas de construção, dinamização de um mercado ao seu redor e ao tornar realidade a demanda de bens, serviços e investimentos. Com a formação de projetos de assentamento verifica-se a demanda de bens não duráveis (roupas, calçados, materiais de limpeza e higiene, etc), duráveis (casas, geladeiras, fogões, aparelhos de som, televisores, etc) e setores de serviços (reparo e conservação de edificações e estradas, créditos, seguros, assistência técnica, educação e saúde, etc) e de bens de capital (máquinas, implementos, insumos químicos e biológicos, construções e armazéns, etc), gerando impostos e empregos, distribuindo renda e desenvolvendo as mais diversas localidades do país. É o trabalho na terra que retira os trabalhadores rurais da exclusão social, transformando-os em cidadãos, produtores e consumidores.

A principal defesa da Reforma Agrária é que a agricultura familiar prioriza os produtos agrícolas de interesse da população. Mesmo tendo 3 vezes menos área que a ocupada pelo latifúndio é a responsável por cerca de 75% das ocupações na agropecuária



ou aproximadamente 13 milhões de postos de trabalho, enquanto na grande propriedade são necessários 60 hectares para geração de um emprego na agricultura familiar bastam 9, e por parcela significativa da produção de alimentos que chega a mesa dos brasileiros, a exemplo do feijão (70%), da mandioca (84%), dos suínos (58%), da bovinocultura de leite (54%), do milho (49%) e de aves e ovos (40%).

A rigor, mantendo o latifúndio é impossível ampliar o mercado interno, gerar e distribuir renda, garantir uma regular oferta de alimentos de boa qualidade e a preços acessíveis a maioria da população brasileira.

A Reforma Agrária e a promoção da agricultura familiar são condições necessárias para um programa nacional de segurança alimentar e indispensáveis para a construção de um país economicamente próspero, ecologicamente sustentável, socialmente justo, politicamente democrático, solidário e soberano. Em outras palavras, são elementos estratégicos de um novo modelo de desenvolvimento social e econômico para a nação brasileira. Um Brasil sem excluídos e sem fome.

*Raulino Mendes Neto*

Engenheiro agrônomo e Delegado Sindical do SINTSEP-GO

## Salário mínimo Vitória das Centrais

Está decidido o novo valor de R\$350,00 a partir de abril e a correção da tabela do Imposto de Renda em 8%. Inicialmente, o Governo trabalhava com uma proposta de reajuste do mínimo para R\$ 321,00, enquanto as centrais pediam R\$400,00. A antecipação, de maio para abril, acaba compensando em parte a diferença dos R\$50,00. A proposta da CUT é chegar, paulatinamente, a que o reajuste do salário mínimo ocorra em janeiro de cada ano.

Além do estabelecimento do novo valor do salário mínimo foi assinado um protocolo de intenções entre as centrais e o Governo (além da própria Presidência, ministérios da Fazenda, do Trabalho e Emprego, da Casa Civil, da Previdência Social e da Secretaria Geral da Presidência) compromissando zerar a defasagem da inflação da tabela do Imposto de Renda e retomando as discussões da comissão quadripartite do salário mínimo, com a próxima reunião já definida para acontecer em fevereiro.

Com a correção da tabela do Imposto de Renda em 8%, o limite de isenção passa de R\$1.164,00 para R\$1.257,00 mensais para pessoas físicas. A alíquota de 15% atinge os salários até R\$2.512,00 e a de 27,5% incide sobre salários acima desse valor.

## Calendário preparatório para o Nono Concut (a dar-se em junho)

- **8 de fevereiro** - Prazo final para as entidades filiadas regularizarem ou fazerem acordo de parcelamento dos débitos;
- **10 de fevereiro** - Prazo para entrega de textos em debate para a tese nacional;
- **10 de fevereiro** - Prazo para informar à Secretaria Geral da CUT Nacional a definição das datas dos Congressos Estaduais, coeficiente para eleição dos delegados e delegadas, reuniões dos conselhos ou direções dos ramos e os nomes dos coordenadores adjuntos.
- **15 e 16 de fevereiro** - Reunião da Direção Executiva Nacional da CUT: debate e votação do Texto Base do 9º CONCUR;
- **20 de fevereiro** - prazo final para atualização cadastral, quitação das contribuições estatutárias;
- **20 de fevereiro** - prazo final para filiações de novas entidades com direito a participar dos congressos da CUT;
- **20 de fevereiro** - prazo final para as Estaduais da CUT informarem a Secretaria Geral da CUT Nacional sobre Oposições Sindicais reconhecidas.



# Categoria atenta: Reajuste para servidores ainda não está garantido no orçamento de 2006

Nos próximos dias todas as atenções dos servidores públicos estarão voltadas para o Congresso Nacional onde acontecem as votações que definem o Orçamento de 2006. Desde o início das atividades deste ano, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) vem pressionando o Governo na tentativa de obter informações concretas sobre a aprovação dos principais acordos firmados com a categoria em 2005. Durante reunião no Ministério do Planejamento (MPOG), a entidade solicitou mais uma vez informações que envolvem o Plano de Carreira Fazendário, reajuste salarial para mais de 300 mil servidores do Plano de Cargos e Carreiras (PCC), além do Plano Especial de Cargos para os PCC's do Ministério da Agricultura. Os servidores prometem dar resposta à altura caso o Governo não atenda às expectativas acumuladas pela categoria ao longo das negociações de 2005.

O representante do MPOG, Idel Profeta, se comprometeu a dar um retorno às questões levantadas em novo encontro com a CONDSEF.

De acordo com Profeta, não existe mais nenhum problema de caráter político no Planejamento para encaminhar as propostas. Foi

informado, no entanto, que as discussões com a participação direta dos servidores só voltarão a acontecer depois de aprovado o orçamento. "É por isso que estamos alertando a categoria. Este processo de votação no Congresso será decisivo para definir nossas ações neste ano de eleição", disse Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação que representa mais de 700 mil servidores públicos do Executivo Federal.

## PCC's

Cerca de 300 mil funcionários do Plano de Classificação de Cargos (PCC) estão entre os mais ansiosos quando o assunto em pauta é a definição de melhorias para a categoria. "Esta ansiedade é fruto de mais de 10 anos de arrocho salarial impostos por uma política de desmonte do serviço público", justifica Josemilton.

Por enquanto o Governo reconhece que existem apenas R\$460 milhões assegurados para investimento global em todo o PCC. No entanto, a forma como se dará o reajuste também só será discutida com a categoria após aprovação do Orçamento.

## Mobilizados

Enquanto o Congresso não garante os valores para o reajuste dos servidores públicos a categoria permanece na expectativa. O Governo estima gastar cerca de R\$ 3,5 bilhões em recursos extras para viabilizar o investimento no setor. No entanto, esses recursos ainda precisam ser "garimpados" nas negociações em curso no Congresso.

Em declaração dada à Gazeta Mercantil, o relator-geral do Orçamento da União, deputado Carlito Merss (PT-SC) assegurou que o Governo possui um número que aponta o custo do reajuste para os servidores. "Vamos consegui-lo na briga, na pressão", afirmou Merss.

Atenta, a CONDSEF acompanha o processo e promete continuar brigando, como vem fazendo durante seus 15 anos de existência, para garantir as melhorias urgentes no setor. "Solicitamos que o governo crie um termo de compromisso que garanta que os impactos financeiros que sairão deste processo de votação sejam retroativos a janeiro de 2006", disse Josemilton. Uma resposta à solicitação deve ser apresentada.

## Até que governo prove contrário, servidores permanecem em dúvida quanto a reajuste anunciado

Desde que o governo anunciou na mídia que dará prioridade ao Plano de Classificação de Cargos (PCC) no orçamento de 2006, o clima é de total apreensão e expectativa entre os mais de 300 mil servidores que compõem a categoria. Mesmo diante das notícias divulgadas nos últimos dias, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF) mantém uma postura de cautela com relação ao anúncio. "São mais de dez anos sem qualquer aumento real. Não iremos acreditar em anúncios que não estejam garantidos oficialmente e assinados entre Governo e servidores", diz Rogério Expedito, diretor da Confederação. Mais do que nunca a CONDSEF alerta que os servidores devem estar unidos e atentos. "Devemos estar preparados para tudo. Teremos que aguardar o orçamento para fazer nossas análises. Até lá, precisamos continuar atentos", alertou o diretor.

A CONDSEF lembra que na última proposta apresentada aos PCC's o Governo prometeu apenas R\$ 460 milhões que seriam distribuídos em uma gratificação com valores diferenciados para ativos e aposentados. Por quebrar a paridade a CONDSEF rejeitou a proposta que também não corrigia as distorções nos salários da categoria. A Confederação foi taxativa e deixou claro ao Governo que a categoria não concordará com propostas que não respeitem a paridade entre ativos e aposentados, garantida por lei e assegurada na última Reforma da Previdência (PEC 47). "É por isso que não temos como nos manifestar enquanto não tivermos a certeza do que o governo está propondo para este setor, massacrado por anos de descaso", concluiu Expedito.

## Negociações

O Governo admitiu à CONDSEF que só voltará a discutir reajuste com os servidores depois de aprovado o orçamento. Todas as atenções continuam voltadas para o Congresso Nacional, onde acontece a votação que definirá os investimentos em 2006.

## Outro mundo possível na América Latina

O sonho de uma América Latina livre e justa conheceu tempos gloriosos quando as ditaduras, sob o comando dos Estados Unidos, dominavam nos anos de 1960, 70 e 80. A resistência popular feroz e esperançosa derrubou uma a uma as ditaduras do Continente. Todos os setores da sociedade participaram desse movimento de libertação. Nos anos de 1980 veio uma outra fase especial dessa luta, a organização do povo em sindicatos, partidos e movimentos como o MST etc.

As elites econômicas e sociais de nossos países ainda eram (e são) muito fortes e, com os instrumentos financeiros e de comunicação nas mãos, ganharam as eleições, muitas vezes fazendo o discurso popular, embora nunca mudassem a prática.

Nada como o tempo para revelar quem é quem no jogo. O povo cresceu na compreensão política e faz-se agora a segunda e, talvez, mais importante fase da libertação e união de nossas nações em um só povo.

Brasil, Chile, Bolívia, Argentina, Uruguai e Venezuela elegeram legítimos representantes do povo. O ano de 2005 terminou com dois magníficos exemplos dessa conquista: a Bolívia elege Evo Morales, um indígena. Embora um país de população majoritariamente indígena, a Bolívia nunca tinha tido um presidente nativo. O Chile, um dos países mais conservadores da América do Sul, onde até as urnas de votação são separadas por gênero, mulheres votando separadas dos homens, uma mulher, vítima da ditadura de Pinochet, é eleita. Socialista, divorciada e popular, Bachelet é um sinal singular de mudança.

O Brasil, com seu presidente sindicalista, é um líder natural nesse movimento. O mundo inteiro assiste essas mudanças, dividido entre os que os aplaudem com

entusiasmo e o Império Norte-Americano, que está cada vez mais acuado.

O Fórum Social Mundial, que esse ano acontece em Caracas, na Venezuela, celebra as vitórias e articula o aprofundamento das mesmas. Nele as organizações sociais populares mostram que outro mundo é possível e já está sendo construído.

A América Latina se descobre forte e indivisível na sua marcha rumo a esse outro mundo justo e igualitário.

De forma significativa os próprios Estados Unidos têm seus pobres socorridos pela Venezuela, um país inimigo, que fornece óleo com desconto de 40% às famílias miseráveis (que não são poucas) das periferias das grandes cidades americanas. Sem esse óleo milhares de pessoas ficariam sem aquecimento no terrível inverno do Norte. Bush consegue manter uma guerra bilionária no Iraque, mas não dá conta de socorrer as vítimas do furacão que destruiu Nova Orleans e nem fornecer alimento e combustível para seus, cada vez mais numerosos, pobres.

Os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil fariam muito bem em acompanhar mais de perto e com entusiasmo essa transformação da América Latina. Nasce nesse momento histórico um novo poder que há de fazer avançar a nossa causa.

O Sintsep-GO está afinado com essas mudanças e tem participado ativamente de todas as instâncias que promovem a consciência da unidade latino-americana. Por isso mesmo, convida você para engajar-se com mais interesse nesse grande movimento.

As nossas questões particulares se resolverão na Grande Luta de nosso Continente.

Unidos construiremos o outro mundo possível!

## Parabéns!

24 de janeiro foi o dia dos aposentados e das aposentadas e da Previdência Social.

Há vários anos o SINTSEP-GO vem adotando uma política prioritária e específica aos aposentados(as) e pensionistas.

Com essa iniciativa temos acumulado forças que a cada dia tornam-se mais importantes para o Brasil e especialmente entre os aposentados(as) e pensionistas.

A iniciativa do SINTSEP-GO, através da Secretaria de Aposentados e Pensionistas demonstra ainda um gesto carinhoso e solidário com os companheiros(as) da melhor idade.

Aposentados(as) e idoso é uma fase cronológica da vida que mais revigora as forças, quando se deixa de ser remador para ser timoneiro.

Companheiro(a) é verdade que pouca coisa mudou, mas nossa luta revigora nossas forças em defesa dos nossos direitos para o Plano Único entre ativos, aposentados(as) e pensionistas.

Feliz dia dos Aposentados(as)!

*João G. da Igreja F. Sexto*

Diretor da Secretaria de Aposentados e Pensionistas do SINTSEP-GO

## A história do lápis

O menino olhava a avó escrevendo uma carta.

A certa altura, perguntou:

- Você está escrevendo uma história que aconteceu conosco? E por acaso, é uma história sobre mim?

A avó parou a carta, sorriu, e comentou com o neto:

- Estou escrevendo sobre você, é verdade.

Entretanto, mais importante do que as palavras, é o lápis que estou usando. Gostaria que você fosse como ele, quando crescesse.

O menino olhou para o lápis, intrigado, e não viu nada de especial.

- Mas ele é igual a todos os lápis que vi em minha vida!

- Tudo depende do modo como você olha as coisas. Há cinco qualidades nele que, se você conseguir mantê-las, será sempre uma pessoa em paz com o mundo. "Primeira qualidade: você pode fazer grandes coisas, mas não deve esquecer nunca que existe uma Mão que guia seus passos. Esta mão nós chamamos de Deus, e Ele deve sempre conduzi-lo em direção à Sua vontade". "Segunda qualidade: de vez em quando eu preciso parar o que estou escrevendo, e usar o apontador. Isso faz com que o lápis sofra um pouco, mas no final, ele está mais afiado. Portanto, saiba suportar algumas dores, porque elas o farão ser uma pessoa melhor." "Terceira qualidade: o lápis sempre permite que usemos uma borracha para apagar aquilo que estava errado. Entenda que corrigir uma coisa que fizemos não é necessariamente algo mau, mas algo importante para nos manter no caminho da justiça". "Quarta qualidade: o que realmente importa no lápis não é a madeira ou sua forma exterior, mas o grafite que está dentro. Portanto, sempre cuide daquilo que acontece dentro de você."

"Finalmente, a quinta qualidade do lápis: ele sempre deixa uma marca. Da mesma maneira, saiba que tudo que você fizer na vida, irá deixar traços, e procure ser consciente de cada ação".

## No espaço Brasil em Caracas, CONDSEF reclamou de marasmo nas negociações com Governo

A diretoria da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF), que representou os servidores no Fórum Social Mundial (FSM), conversou com o secretário Nacional dos Movimentos Sociais, Silvio Santos, no espaço Brasil em Caracas. Na oportunidade os dirigentes reclamaram ao Secretário Nacional sobre o marasmo do processo de negociação com o Governo. A CONDSEF conseguiu agendar com Santos uma reunião com o Secretário-Geral da República, ministro Luiz Dulci, para o dia 3 de fevereiro, em Brasília. Na opinião dos dirigentes não adianta abrir um espaço importante de diálogo como a Mesa Nacional de Negociação se o processo para efetivar a resolução dos principais problemas da categoria continua ineficiente.

Na última reunião entre CONDSEF e Ministério do Planejamento, o Governo afirmou que só voltaria a negociar com os servidores após aprovação do orçamento 2006 o que colocou a categoria ainda mais apreensiva.



Vista parcial de Caracas - Venezuela

## Petição ao Presidente Nery José Pereira

Aos deputados e senadores  
Em nome dos servidores  
Vai nossa reivindicação  
Sem apreço e sem regalia  
Seu suor de cada dia  
É o sustentáculo da Nação

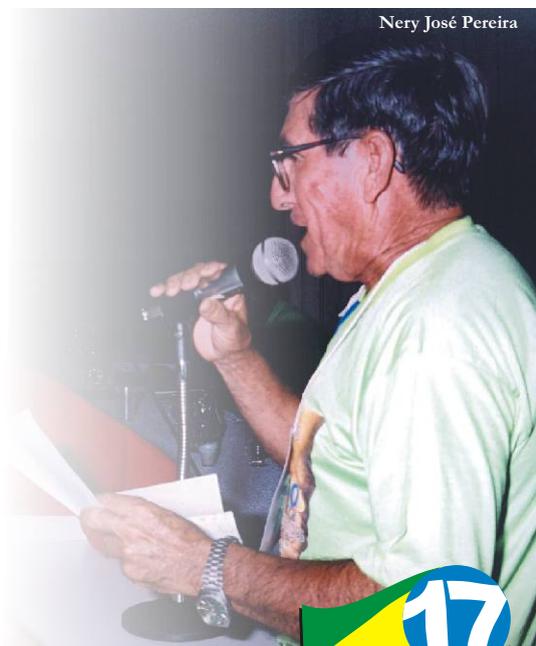
Muitos nem chegam a sessenta  
E ainda quando aposenta  
Tão pagando pra viver  
Sem falar nos contaminados  
Que foram intoxicados  
Trabalhando com o DDT

Pedimos ao presidente  
Que seja mais coerente  
Com a classe trabalhadora  
Ele que foi sindicalista  
Conhece as leis trabalhistas  
Dessa gente sofredora

E quanto à aposentadoria  
Pedimos pra por em dia  
É direito do cidadão  
Quem recebe insalubridade  
Deveria na verdade  
Ter mais apoio e atenção

Pedimos aos parlamentares  
Que volte os seus olhares  
Pra essa gente sofrida  
Que do sul até o norte  
Sem comida e sem transporte  
Conseguiu salvar muitas vidas

Todos os órgãos aqui presentes  
Pedimos encarecidamente  
Que ouçam nossa proposta  
Ou atendam nosso pedido  
Ou, então, será decidido  
A greve como resposta.



Nery José Pereira